

A OCUPAÇÃO DAS NOVAS FRONTEIRAS AGRÍCOLAS NO BRASIL E SUAS CONSEQUÊNCIAS SOCIOAMBIENTAIS NO MEIO URBANO E RURAL

THE OCCUPATION OF NEW AGRICULTURAL FRONTIERS IN BRAZIL AND ITS SOCIO-ENVIRONMENTAL CONSEQUENCES IN THE URBAN AND RURAL ENVIRONMENT

LA OCUPACIÓN DE NUEVAS FRONTERAS AGRÍCOLAS EN BRASIL Y SUS CONSECUENCIAS SOCIOAMBIENTALES EN EL MEDIO URBANO Y RURAL

Natalício Pereira Lacerda - natalicio.lacerda@unemat.br

Submissão em: 01/06/2024

Aceito em: 01/07/2024

RESUMO

Os problemas ambientais têm sido uma constante preocupação nas áreas metropolitanas, que tem aumentado de forma rápida em termos de salubridade ambiental. Os municípios recém colonizados também sofrem dos mesmos males como o Município de Sinop situado na região Norte de Mato Grosso o qual é considerado um ponto estratégico e um polo regional devido a sua localização a margens da rodovia BR 163, e ser a quarta economia em termos de arrecadação e população do Estado de Mato de Grosso, esse desenvolvimento acelerado tem trazido uma série de consequências no meio urbano em termos de meio ambiente e sua conservação.

Palavras-chave: Colonização. Ocupação. Meio ambiente

ABSTRACT

Environmental problems have been a constant concern in metropolitan areas, which have increased rapidly in terms of environmental health. The newly colonized municipalities also suffer from the same problems such as the Municipality of Sinop located in the North region of Mato Grosso, which is considered a strategic point and a regional hub due to its location on the banks of the BR 163 highway, and being the fourth largest economy in terms of revenue and population in the State of Mato de Grosso, this accelerated development has brought a series of consequences in the urban environment in terms of the environment and its conservation.

Keywords: Colonization. Occupation. Environment

RESUMEN

Los problemas ambientales han sido una preocupación constante en las áreas metropolitanas, que han aumentado rápidamente en términos de salud ambiental. Los municipios recién colonizados también sufren los mismos problemas, como el Municipio de Sinop ubicado en la región Norte de Mato Grosso, que es considerado un punto estratégico y un centro regional por su ubicación a orillas de la carretera BR 163, y por ser Cuarta economía en términos de ingresos y población del Estado de Mato de Grosso, este desarrollo acelerado ha traído una serie de consecuencias en el entorno urbano en términos del medio ambiente y su conservación.

Palabras clave: Colonización. Ocupación. Medio ambiente

1 INTRODUÇÃO

Municípios recém-criados e localizados na Região Norte de Mato Grosso possuem os mesmos problemas dos grandes centros urbanos, como por exemplo, redução das áreas verdes, êxodo rural, poluição do ar, aumento do uso de automóveis, demora na implantação de água tratada e redes esgoto. Isso ocasiona em poluição dos mananciais de águas nas áreas urbanas, riscos de enchentes e falta de locais para acondicionar o lixo. Mesmo em municípios recém colonizados, como Sinop no estado de Mato Grosso, fundado na década de 1970, há falta de sensibilização na proteção do meio ambiente.

Conforme a argumentação de Beck (1994) relativa à configuração de uma lógica da distribuição de riscos, uma vez que, o desafio de criar condições, para atenuar o quadro de riscos existentes, afeta desigualmente a população. Portanto este ensaio, propõe-se debater como se constroem as concepções predominantes sobre o meio ambiente, os conflitos ambientais nas políticas públicas e as mudanças nas relações de poder para se desenvolver uma política ambiental séria e consistente que influencie direta ou indiretamente todo o funcionamento da sociedade.

A degradação ambiental sempre existiu, porém, nas quatro últimas décadas do século XX, tal problema ganhou importância na sociedades, a partir da década de 1960 do século passado e, sobretudo, desde os anos de 1970, que a crise socioambiental se intensificou e se ampliou a níveis sem precedentes, como resultado das rápidas e profundas transformações ocorridas na organização física, técnica e socioeconômica do espaço urbano e rural, promovidas com o objetivo de modernizar esses setores de forma a aumentar a oferta de alimentos e de produtos exportáveis, além de liberar recursos humanos e fornecer capital para o setor urbano-industrial.

Do ponto de vista socioeconômico, essas transformações, estimuladas e conduzidas pelo Estado, se assentaram na combinação de duas principais orientações estratégicas. De um lado, favorecer a modernização do latifúndio e a constituição de grandes e médias empresas agrícolas como protagonistas do processo de desenvolvimento agrícola. Essa orientação, traduzida na noção de modernização conservadora, significou uma opção alternativa à reforma agrária e se fez em detrimento dos pequenos agricultores familiares, proprietários, arrendatários, parceiros, meeiros e moradores em sua grande maioria excluídos e deixados à margem do processo de modernização. De outro lado, articular a produção agropecuária aos complexos agroindustriais transnacionais de produção de insumos e de transformação industrial, favorecendo ao mesmo tempo a implantação desses complexos em território nacional (PARREIRA, 2005).

Do ponto de vista técnico, a estratégia modernizadora fundamentou-se no paradigma de desenvolvimento da chamada Revolução Verde. Nos marcos dessa concepção, a pesquisa e o desenvolvimento dos modernos sistemas de produção foram orientados para a incorporação de pacotes tecnológicos tidos como de aplicação universal, destinados a maximizar o rendimento dos cultivos em situações ecológicas profundamente distintas. Intenta-se elevar ao máximo a capacidade potencial dos cultivos, proporcionando-lhes as condições ecológicas ideais, eliminando com agrotóxicos os competidores e predadores naturais e fornecendo os nutrientes necessários sob a forma de fertilizantes sintéticos. A lógica subjacente é o controle das condições naturais, através da simplificação e da máxima artificialização do ambiente, de forma a adequá-lo ao genótipo, para que este possa efetivar todo seu potencial de rendimento (SARANDÓN, 1996).

O mesmo processo que promoveu a modernização da agricultura, com seus efeitos ambientais impactantes, engendrou igualmente a fragmentação e a decomposição social e econômica da pequena agricultura familiar. A marginalização socioeconômica desse setor majoritário da população rural condena-o ao ciclo da pobreza e da degradação ambiental. Limitados no acesso à terra, empurrados para as áreas urbanas e a ecossistemas extremamente frágeis e, além disso, excluídos dos benefícios das políticas públicas, os agricultores familiares se veem progressivamente reduzidos a estruturas inviáveis e a condições de produção adversas, nas quais as estratégias de sobrevivência acabam por conduzir à completa exaustão dos recursos naturais disponíveis degradando diversos ecossistemas com perdas incomensuráveis para os recursos pedológicos, bióticos e hídricos, vindo a refletir nos meio urbano como é o caso da colonização do município de Sinop.

1. PARADIGMAS SOCIOAMBIENTAIS

Para Leef (2001), a crise ambiental se evidencia nos anos 60, em decorrência da irracionalidade ecológica dos padrões dominantes de produção e consumo, que demarcam os limites do crescimento econômico. Foladori (2001) acrescenta que nos anos 80, constitui-se a busca por um consenso internacional sobre a gravidade da crise ambiental. Para isso, elaboram-se diversos relatórios científicos, que muitas vezes, põe em xeque os avanços da ciência.

Faladori (2001), relembra que em abril de 1986, ocorreu o desastre nuclear de Chernobyl na Ucrânia. A radioatividade desprendida da explosão se expandiu pela Escandinávia e Europa Ocidental, gerando centenas de consequências em 10 mil quilômetros quadrados, que se tornaram inabitáveis.

Ainda de acordo com Leff (2003), a problemática ambiental, não é apenas uma crise ecológica, de destruição da natureza, mas sim, um questionamento do pensamento e do entendimento, da ontologia e da epistemologia com as quais a civilização ocidental compreende o ser, as coisas e a ciência. Para Ost (1995), a origem da crise ecológica, é a crise da representação da relação do ser humano com a natureza.

A introdução da problemática socioambiental na esfera pública não apenas denuncia os riscos ambientais, mas também amplia a consciência de suas causas sociais. Essa consciência de riscos compartilhados pode atuar como força agregadora, cooperando para a formação de redes de ações solidárias. Tais ações, por sua vez, contrapõem-se aos mecanismos de desintegração social e degradação ambiental relativos à apropriação dos bens ambientais por parte dos interesses privados, contribuindo assim para a preservação tanto do planeta quanto dos vínculos de solidariedade social, indispensáveis à convivência humana. Nesses casos, evidencia-se a interdependência entre as bases de sustentação material do planeta e a sustentação de um projeto solidário e emancipador para a sociedade (CARVALHO, 2004).

Para compreender o tema é necessária uma reflexão sobre significado de natureza ou meio ambiente que não são tão naturais assim, Bourdieu (2000) define como o princípio do poder que se exerce nas relações sociais e conflitos em torno da problemática ambiental. O primeiro passo pode ser a compreensão de que o meio ambiente não é algo tão natural como muitas vezes se acredita. Ele é também obra do ser humano na sua percepção e representação, na sua observação e na sua ação.

O que é fundamental na concepção do meio ambiente é que esse não deve ser concebido como uma área desvinculada das relações humanas, ainda que em alguns casos os adjetivos ambiental e ecológico sejam utilizados indistintamente.

Segundo Santos (1997), expressão “meio ecológico” não contempla a significação de *natureza selvagem* ou *natureza cósmica*. O “meio ecológico” já é visto como *meio técnico*. A partir desse ponto de vista, se acrescenta ao meio, novas obras dos homens, surgindo um novo meio a partir daquele que já existia: o que se costuma chamar de “natureza primeira” para contrapor à “natureza segunda” *já é segunda natureza*. A natureza primeira como sinônimo de “natureza natural”, só existiu até o momento imediatamente anterior àquele em que o homem se transformou em homem social. A partir desse momento, tudo que é considerado como natureza primeira já foi transformado. Esse processo de transformação, contínuo e progressivo, constitui uma mudança qualitativa fundamental.

Ainda que o meio ambiente seja tratado como algo socialmente construído, isso nem sempre é concretamente reconhecido pelas pessoas. Nesse sentido, Bourdieu (2000) afirma que “O mundo social é também representação e vontade, e existir socialmente é também ser percebido como distinto”. Esta lógica de diferenciação aplicada, a princípio, entre indivíduos e natureza, é usada também para distinguir alguns grupos humanos, com maior poder, de outros, com menor.

As decisões e mudanças não dependem somente da vontade do indivíduo, nem são resultado de uma determinação maior, mas vão sendo construídas aos poucos em função dos movimentos e posições de um todo. No contexto específico da problemática ambiental, interdependência e equilíbrio de tensões são processos cíclicos e muito dinâmicos em que o coletivo e indivíduo procuram sobrepor suas visões e seus interesses a de outros grupos com os quais mantêm uma interdependência recíproca seja na definição das prioridades de ação, no conteúdo das políticas públicas.

Camargo (2003) considera que já se vive uma grande mudança de paradigma, manifestada de diversas maneiras e intensidades, sobretudo na arena social. Para o autor, um novo paradigma que pode ser chamado de visão holística, o qual concebe o mundo como um todo integrado.

Capra (1996) afirma, ainda, haver soluções para os principais problemas da atualidade, no entanto, essas soluções requerem uma mudança radical das percepções humanas. Portanto, uma mudança em relação a percepções e valores torna-se essencial para que se alcance um futuro sustentável. Segundo o autor, a visão holística do mundo como um todo integrado, pode também ser denominada visão ecológica. A percepção ecológica profunda reconhece a interdependência fundamental de todos os fenômenos além da interdependência de indivíduo e sociedade entre os processos cíclicos da natureza.

Para que se configure realmente este novo paradigma, no entendimento de Capra (1996), é necessário não só a mudança das percepções e das maneiras de pensar, mas também, e o mais difícil, a alteração de valores. Nesse caso, o autor aponta a conexão entre as mudanças de pensamento e valores, que podem ser analisadas como a transposição da autoafirmação para a integração.

Assim, de acordo com Capra (1996), o filósofo Arne Naess ressalta a importância de a sociedade estar preparada para questionar cada aspecto isolado do velho paradigma. Pois, a ecologia profunda consiste em fazer perguntas profundas a respeito dos próprios fundamentos da visão de mundo e do modo de vida modernos, científicos, industriais, a partir da perspectiva de relacionamentos entre os seres humanos, com as gerações futuras e com a teia da vida da qual fazem parte.

Arne Naess e George Sessions estabeleceram então em obra publicada em 1984 os princípios para uma ética ecológica profunda: 1. o bem-estar e o florescimento da vida humana e não humana na Terra têm valor em si mesmos, sendo

independentes da utilidade do mundo não humano para finalidades humanas; 2. a riqueza e a diversidade das formas de vida contribuem para a concretização desses valores, e são valores em si mesmas; 3. os seres humanos não têm o direito de reduzir essa riqueza e diversidade, a não ser para a satisfação de necessidades vitais (apud SINGER, 2006).

A *deep ecology* defende uma igualdade biocêntrica, pela qual na biosfera todas as coisas teriam o mesmo direito de viver e florescer, e que, como partes de um todo interligado (ecosfera), todos os organismos têm valor intrínseco igual.

Essa concepção ética da ecologia profunda foi alvo de bastante discussão e polêmica. O renomado filósofo Peter Singer é um dos críticos da "ecologia profunda".

Na sua obra *Ética Prática* (2006, p.298), Singer afirma que não é possível que todos os seres e as entidades da biosfera, ou ainda a biosfera em si, tenham valor intrínseco ou possam ser sujeitos de direito, "pois é necessário não apenas que se possa afirmar com propriedade que árvores, espécies e ecossistemas têm interesses, mas que têm interesses moralmente significativos".

Para Singer (2006), a rejeição da base ética de uma ética da ecologia profunda não significa que o argumento a favor da preservação da natureza não seja forte. Mas sim, um tipo de argumento que abrange o valor intrínseco das plantas, das espécies ou dos ecossistemas. Essa abrangência pode ser problemática a menos que se possa colocá-la numa base diferente e mais sólida, devemos restringir-nos aos argumentos baseados nos interesses das criaturas sencientes presentes e futuras, humanas e não-humana.

Singer (2006) defende que apenas os animais devem ser incluídos como portadores de personalidade jurídica, mas não todos os animais, senão os animais "sencientes". Crítica a concepção do "respeito à vida" como critério definidor do "valor intrínseco", sendo que o critério definidor da existência ou não de valor intrínseco na sua concepção é a "senciência". "Seres sencientes" são os que têm sensações, ou seja, que possuem um grau mínimo de consciência que os torna capazes de sentir dor e prazer. E assim deveriam ser tais seres diferenciados, seus interesses deveriam ser levados em conta, deveriam compartilhar da esfera moral. Singer defende que "o principal aspecto é superar a visão de que o valor desses animais é um valor instrumental, à medida que nos servem".

A mudança é um processo que na sua dinâmica deve buscar o envolvimento e inter-relacionar as esferas, econômica, social, política e ambiental. O problema socioambiental advém de uma percepção, ou de um conjunto de concepções de valores, que determinam a visão da realidade, a qual constitui as bases de como a comunidade mundial se organiza. O grande desafio da economia é o de desenvolver métodos no sistema de produção que obedeçam a três preceitos fundamentais: igualdade social, prudência ecológica e eficácia econômica. O problema não consiste na escolha entre crescimento e qualidade do ambiente, mas sim na necessidade de tentar harmonizar e conciliar desenvolvimento econômico e social (objetivos socioeconômicos) e preservar a diversidade ambiental (objetivos ambientais), mediante a redefinição dos padrões de uso dos recursos e das finalidades do crescimento (SILVA 2006).

Os problemas ambientais que se enfrenta hoje decorrem tanto da falta de desenvolvimento quanto de resultados inesperados de certas formas de crescimento econômico trazendo consigo a insustentabilidade ecológica, a desigualdade e a injustiça social.

A crise do meio ambiente, a superprodução aliada à má distribuição de renda, contribuem para uma tomada de consciência que irá colaborar para o surgimento de

um novo tipo de desenvolvimento, que tenha uma base social, econômica, cultural e ambiental mais sustentável.

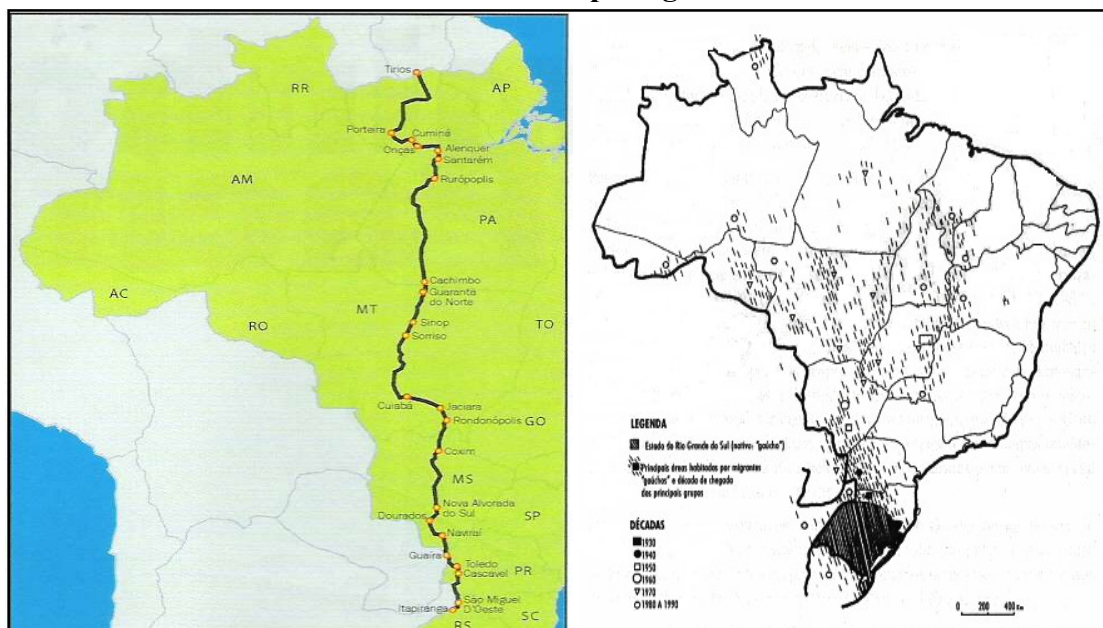
Mas, no que diz respeito as novas fronteiras agrícolas nas regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil a dinâmica entre as esferas, econômica, social, política e ambiental, gerou desafios conforme retratado no tópico a seguir.

2. NOVAS FRONTEIRAS AGRÍCOLAS E SEUS EFEITOS NO MEIO URBANO.

As transformações significativas advindas da modernização agrícola se refletem no espaço urbano. Suas consequências são a reestruturação sócio territorial, devido ao intenso fluxo migratório na busca de melhores condições de vida gerando um aumento populacional rápido e expressivo.

De acordo com Becker (1997), a urbanização antes mesmo de uma produção agrícola e industrial na fronteira é uma estratégia básica do Estado para a ocupação regional: sustenta a mobilidade permitindo atrair migrantes sem lhes dar acesso à propriedade da terra, e inicia a articulação dos antigos e novos núcleos urbanos entre si e com o mundo exterior. Isso porque os núcleos urbanos desempenham papel fundamental na ocupação, atraindo fluxos migratórios, organizando o mercado de trabalho e o controle social. Além disso, essa área da fronteira agrícola já nasceu urbana, ou seja, está fundamentada na criação de núcleos urbanos e constantemente em transformação. Como demonstra a Figura 1.

Figura 1. Plano de Desenvolvimento de Mato Grosso (MT+20) Governo Estado de Mato Grosso e diáspora gaúcha 1997



Fonte: Haesbaert, 1997

O conjunto de concentração de terras e modernização conservadora no campo através da mecanização agrícola gerou a evasão das áreas rurais para as áreas urbanas, refletindo no aumento na mão-de-obra desqualificada para as novas atividades que começaram a se desenvolver nas áreas rurais e urbanas, levando a um aumentando na concentração populacional nestes novos centros urbanos, contribuindo para o

aparecimento de núcleos de pobreza na periferia urbana e toda a gama de consequências ambientais advindas deste processo.

O reconhecimento desse aspecto levou Weitz (1978) a admitir a necessidade de criar cidades rurais, destacando que os três principais aspectos do processo de desenvolvimento que afetam, diretamente, o indivíduo são: emprego, serviços e relacionamentos sociais. Contudo, recentemente isto tem sido posto em discussão, já que os males da cidade se tornaram "mais visíveis: a proliferação das classes subalternas, a mendicância, as drogas, o crime, a violência, o ódio e a baixa cultura de massa", além de o reconhecimento de que "as populações das cidades perdem frequentemente o contato com o meio ambiente" (CUÉLLAR, 1997, p. 289 - 288).

Outro aspecto que deve ser considerado quanto à distinção urbano/rural é que a cidade se beneficia das economias de aglomeração, o que supostamente permitiria uma vida de menor custo, dada a concentração espacial da oferta de bens e serviços públicos ou privados e mercados compradores e consumidores. De acordo com Becker (1997), a urbanização antes mesmo de uma produção agrícola e industrial na fronteira é uma estratégia básica do Estado para a ocupação regional: sustenta a mobilidade permitindo atrair migrantes sem lhes dar acesso à propriedade da terra, e inicia a articulação dos antigos e novos núcleos urbanos entre si e com o mundo exterior. Isso porque os núcleos urbanos desempenham papel fundamental na ocupação, atraindo fluxos migratórios, organizando o mercado de trabalho e o controle social. Além disso, essa área da fronteira agrícola já nasceu urbana, ou seja, está fundamentada na criação de núcleos urbanos e constantemente em transformação.

Para atender essas necessidades, as cidades da região norte de Mato Grosso, organizaram-se territorialmente a partir da divisão em setores, compostos de chácaras, lotes rurais e um centro urbano, que atendesse as funções política, administrativa e de prestação de serviços. Coube salientar que a Colonizadora SINOP S.A.¹ implantou em sua área de colonização uma estrutura pré-estabelecida no modelo de urbanismo rural (agropólis², rurópolis³ e agrovilas⁴), definido pelo INCRA na época e as áreas rurais em geral se desenvolveram seguindo um modelo comum, baseado no acesso a uma pequena ou média propriedade (de 50 a 1.000 hectares).

Um exemplo disso é o Município de Sinop, fundada oficialmente em 14 de setembro de 1974 fundado, a partir da Gleba Celeste seguindo o esquema de urbanismo rural definido pelo INCRA, o território foi organizado a partir de uma divisão em setores compostos de chácaras, lotes rurais e um centro, chamado de Centro de Convergência ou Comunidade, tendo como base urbana os chamados Núcleos Coloniais, que são centros urbanos com funções político-administrativas e de prestação de serviços que é o caso do Município de Sinop.

¹ Sociedade Imobiliária Noroeste Paraná (Colonizadora Sinop) a empresa fundada por Enio Pipino adquiriu de terceiros, uma área de 199.064,896 hectares de terra no Município de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, na altura do quilômetro 500 da rodovia Cuiabá - Santarém, na margem direita do rio Teles Pires. Posteriormente, novas áreas foram adquiridas e em 1976, somavam cerca de 370.000 hectares de terra, vindo a abranger, no total, cerca de 645 000 ha de terras, aos quais se denominou Gleba Celeste, idealizadora do projeto que deu origem a quatro Municípios Vera, Claudia, Santa Carmem e Sinop (TEIXEIRA 2006).

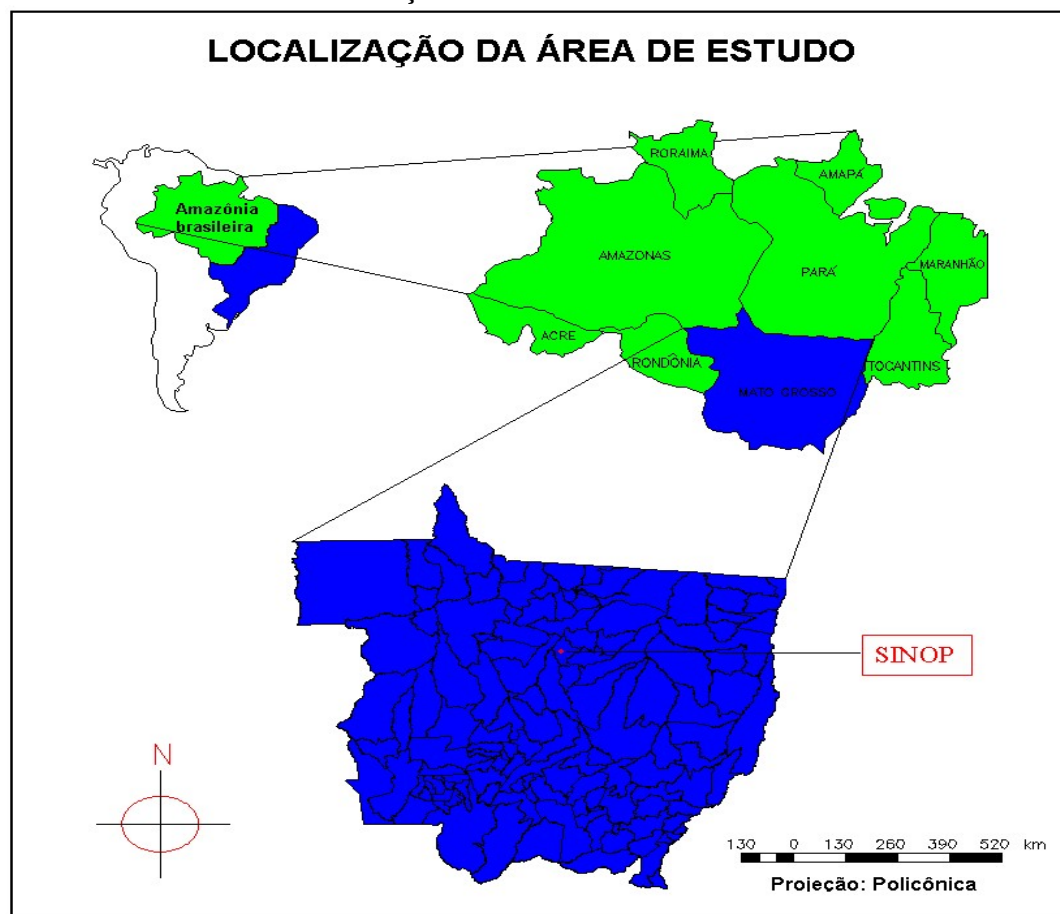
² Agropólis: Pequenas cidades englobando 20 agrovilas com Escola secundária, ambulatório médico-odontológico, cooperativa, pequenas agroindústrias, correios e telégrafos, central telefônica e hotel

³ Rurópolis: Raio de ação de 140 km, apoiando diversas agrovilas e duas ou três agropólis atuando no entroncamento da Cuiabá Santarém e transamazônica.

⁴ Agrovila: Vilas do meio rural com uma população de 500 a 1500 habitantes, com escola primária, posto de saúde, centro administrativo e Armazém (TEIXEIRA 2006).

A Figura 2 mostra a localização espacial do município de Sinop e os projetos de colonização no Estado de Mato Grosso.

Figura 2. Localização espacial do município de Sinop e Os projetos de colonização no Estado de Mato Grosso.



Fonte: relatório impacto do projeto de asfaltamento da Br-163: perspectivas da sociedade e do setor produtivo agrícola ao longo do eixo da Cuiabá – Santarém. (2005.)

O Projeto se caracterizava pela divisão em chácaras esses lotes eram definidos pela quantidade de terras e distanciamento dos núcleos urbanos. As chácaras foram situadas nas redondezas das cidades, e a área não ultrapassa 10 ha. A intenção da colonizadora era que essas chácaras funcionassem como cinturão verde e que produzissem hortifrutigranjeiros para consumo local.

Considerando o planejamento prévio definido pela empresa no início da colonização foram totalmente alterados, as chácaras que deveriam formar um cinturão verde em volta da área urbana foram sendo anexadas ao plano básico em plantas mais recentes, apareceram como loteamentos, muito embora possam ser observadas, a existência de extensas áreas vazias dentro do perímetro urbano, conforme observado na Figura 3.

Figura 3. Projeto inicial do município de Sinop – MT em 1974 e sua evolução



Fontes: Prefeitura de Municipal de Sinop, Google Earth 2007.

Estas áreas em geral, correspondem a loteamentos já legalizados que, se ainda não foram ocupados, constituem um importante estoque de áreas, propícias à especulação imobiliária. Além dos lotes destinados a especulação imobiliária, ainda há os loteamentos irregulares, que absorveram um contingente enorme de excluídos⁵ econômicos de várias regiões deste e de outros estados. Locais sem infraestrutura no que se refere ao saneamento básico, comprometendo planejamento urbano trazendo como consequência à falência das infraestruturas municipais, já precárias nos sistemas viário e distribuição de água, esgotos, energia e coleta de lixo, conforme retratado na Figura 4.

Figura 04. Área no interior da R1 município de Sinop - MT, utilizada como depósito de lixo e detritos urbanos.



Fonte: Lacerda, 2007

⁵ Excluídos: O termo utilizado por este autor se refere às populações que foram obrigadas a migrarem para outras cidades na busca de um novo eldorado redimensionando suas atividades produtivas, devido à falência de suas bases econômicas Ex. Fechamento dos garimpos em 1992, pelo Governo Collor (1990/1992), em Peixoto de Azevedo, Alta Floresta, Paranaíta no Estado de Mato Grosso e Serra Pelada no Estado do Pará com retirada de mais de 100 mil garimpeiros.

Esta situação afeta a manutenção e principalmente, a expansão das infraestruturas já instaladas. Assim, a administração não consegue atender as carências que acompanham a expansão urbana.

O objetivo inicial da colonizadora era implantar a cultura do café, principal Segundo Becker *apud* Panosso (2000), a Gleba Celeste destaca-se por ser um processo distinto de colonização à base de pequenas propriedades familiares ocupadas por colonos dotados de alguma experiência e algum capital. E são esses produtores, juntamente com as grandes empresas multinacionais que vão transformar essa porção do território brasileiro numa grande área produtora e exportadora de grãos, principalmente soja, apresentando um rápido crescimento econômico, mas por outro lado, causando vários impactos socioambientais nas áreas urbano e rural.

Quanto às características físicas e climáticas, o Município de Sinop situa-se entre as coordenadas geográficas 11° 50'53" S e 55° 38'57" W. O relevo é plano, suavemente ondulado, com raros pontos de erosão, favorável ao desenvolvimento da agricultura. Hoje, o complexo soja é o item mais importante da economia regional.

Segundo os estudos de Durand (1968), Estiene e Godard (1970), o clima da Região pode ser classificado como tropical chuvoso com duas estações bem definidas, uma de estiagem que vai de abril a outubro e outra chuvosa que vai de novembro a março. A temperatura oscila entre mínimas médias de 14°C e máximas médias de 34°C. A precipitação anual oscila entre mínimas de 1.987mm e máximas 3.070mm. Em função disso, a umidade relativa do ar chega a ser de 80% no período chuvoso, caindo para 45% no período seco.

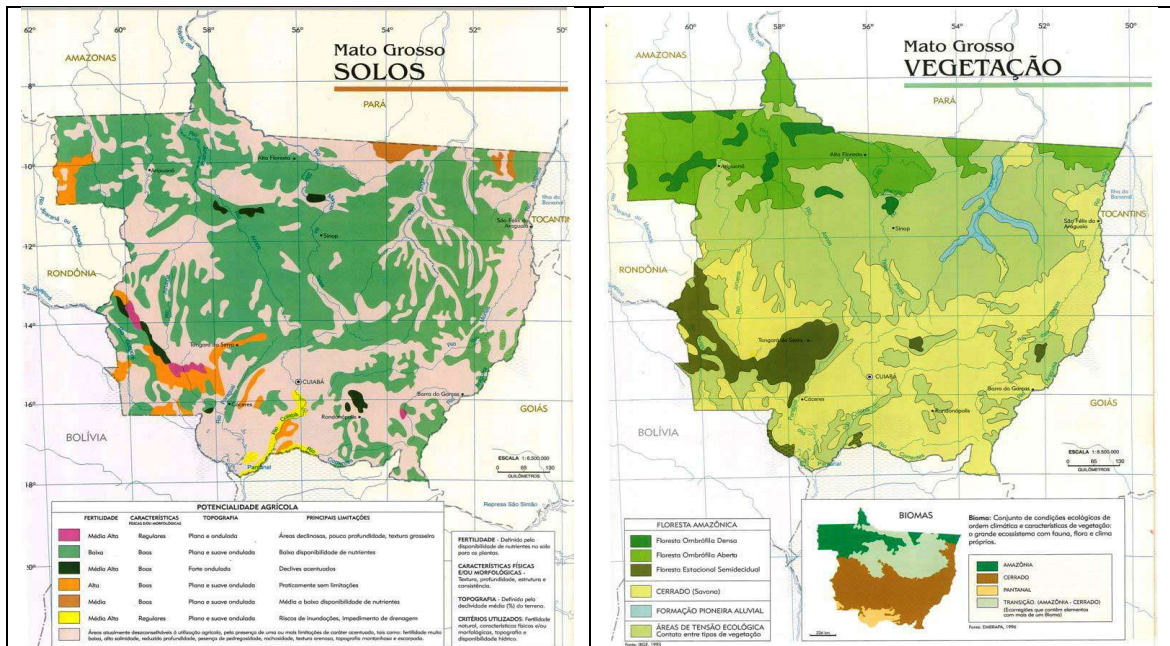
Esse fenômeno climático segundo Bagnouls e Gaussen *apud* Brasil (1982), por localizar-se em uma área de transição entre a vegetação de cerrado e amazônica com clima quente e úmido, com até 5 meses secos, cujo regime térmico caracteriza-se pela predominância de temperaturas elevadas, com máximas em torno de 35°, a área pode ser classificada ainda como de Região bioclimática xeroquênica, subregião termoxeroquimênica.

O solo é do tipo Latossolo Vermelho-Amarelo, a vegetação é de floresta tropical (do tipo Ombrófila ou Tropical), com predomínio do clima tropical chuvoso. As altitudes variam de 350 a 400m em planície na região, também conhecida como Amazônia mato-grossense (GARCIA NETO, 2000).

O solo apresenta um processo intensivo de lixiviação, resultando na predominância de minerais e baixas quantidades de nutrientes pouco resistentes ao intemperismo, com baixa reserva de elementos nutritivos para as plantas. Independentemente do material originário. Esses solos apresentam boas características físicas, sem impedimentos ao desenvolvimento das raízes e manejo, permitindo o emprego de qualquer implemento agrícola, uma vez que, geralmente, são encontrados em relevos planos e ondulados suaves. Porém, suas propriedades químicas são limitantes à implantação de projetos agropecuários, necessitando de aplicação de adubos para se obter boa produtividade (TEIXEIRA, 2006).

Para Garcia Neto (2000) a vegetação natural se caracteriza por espécies dos estratos arbóreos e florestais típicos amazônicos, ao Norte, e do cerrado, ao Sul, são características também na Região, as florestas-de-galeria e a concentração de espécies da floresta submontana, dossel emergente, que ainda ocorrem em aproximadamente 35% da área remanescente da Região de Sinop no Estado de Mato Grosso, ao longo dos canais da drenagem. A Figura 5 a seguir representa a vegetação e solos do Estado de Mato Grosso.

Figura 05. Mapas de Tipos de Solos e Vegetação do Estado de Mato Grosso



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

O Município é banhado pelas águas do Rio Teles Pires, afluente do Rio Tapajós, desaguando no Rio Amazonas. A área do Município corresponde a 0,35% do território nacional. É seccionada de Norte a Sul, pela rodovia BR-163, a Cuiabá – Santarém, a uma distância média de 500 km de Cuiabá. Ao Sul, em direção à capital, a rodovia é asfaltada e interligada aos grandes centros do país.

Não cabe aqui uma predominância de posições ambientalista que defendam a causa ao extremo e nem uma posição desenvolvimentista, que vê o agronegócio como atividade única e necessária. Cabe sim, avaliar profundamente essas duas posições em favor do crescimento mais pautado no desenvolvimento humano, nos valores regionais, como nas pequenas propriedades de subsistência⁶ que estão desaparecendo e ampliando a classe de marginalizados que o Brasil já possui. Feito isso com certeza haverá o tão sonhado desenvolvimento sustentável, sem desproporcionalidades.

CONCLUSÕES

Toda a economia do município de Sinop foi estruturada nas atividades primárias, degradando a natureza que causaram desarranjos sociais, como aumento do índice de desemprego e miséria a maior parte da população local e aos migrantes descapitalizados.

Os que ainda vivem na zona rural foram remanescentes da política de assentamento feita na década de 70, levando-os a ocupar uma Região isolada e afastada de centros consumidores. Muitos que ainda vivem nas cidades foram os que não conseguiram ficar nos assentamentos, outros vieram de outras Regiões em busca de oportunidades, principalmente, nas atividades de exploração da madeira. Vale ressaltar que o intenso processo de modernização da agropecuária favoreceu uma parte da população detentora de maiores recursos financeiros em detrimento daqueles

⁶ Pequenas propriedades destinadas a agricultura familiar.

desprovidos de capital. Estes acabaram buscando alguma atividade nas novas cidades da fronteira agrícola. Este foi o fator responsável pela elevada concentração da população.

Desta forma, o crescimento urbano acelerado, considerado fator condicionante para o crescimento econômico, concorreu para o aumento das deficiências em infraestrutura no Município, pois o ritmo de crescimento foi maior do que a capacidade do poder público em se adaptar. Além disso, este processo se refletiu de forma negativa nas áreas de cerrado e floresta de transição que foram e ainda são intensamente degradados.

Este padrão tecnológico usado na agropecuária para alcançar alta lucratividade em tempo cada vez mais reduzidos, buscando sintetizar os processos, no objetivo de alcançar maior competitividade, tem demonstrado, em muitos casos, ser de uma sustentabilidade muito frágil. Desta forma, foi necessário rever algumas práticas e elaborar estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras, principalmente, para áreas ecologicamente frágeis, visando à conservação da biodiversidade e como estas se relacionam com a preservação deste capital denominado de natureza na produção de recursos renováveis e o limite do uso dos recursos não-renováveis.

O desmatamento e o aumento das áreas agrícolas afetaram a qualidade de vida, pois há menos água potável, menos riqueza genética, menos terra fértil, em função do avanço das atividades antropizadas, além de causar mudanças profundas na paisagem, como resultado do crescimento econômico.

A dimensão territorial deveria se preocupar com uma configuração mais equilibrada, melhor distribuição territorial de assentamentos e das atividades econômicas e superação da disparidade rural-urbana.

O Município seduzido pelo sonho de crescimento econômico nas últimas décadas, se transformou de uma sociedade agrária em urbana, embora seu custo ambiental foi e continua muito alto.

Desta forma, se a sociedade quiser a continuidade do usufruto de bens e serviços produzidos, utilizando recursos provenientes do meio ambiente, faz-se necessário que as atividades socioeconômicas sejam concebidas e executadas a partir de dinâmicas que melhorem a atual relação dos setores produtivos com os agroecossistemas.

Diante disso, natureza, agentes sociais, enfim, o espaço local e global deveria compor o processo de desenvolvimento, como elementos de sustentação e conservação dos ecossistemas, uma vez que a degradação ou a destruição de um ecossistema compromete a qualidade de vida de toda sociedade, pois reduz os fluxos de bens e serviços que a natureza oferece à humanidade. A implementação do desenvolvimento sustentável passa necessariamente por um processo de discussão e comprometimento de toda a sociedade, uma vez que implica em mudanças nos modos de ser e agir dos agentes sociais. Assim, antes de qualquer coisa, será necessário que a comunidade entenda que não há como crescer com a dilapidação dos recursos, do mesmo modo que, de pouco vale conservá-los pura e simplesmente. Esta sensibilização deve impulsionar os agentes sociais à mudança de comportamentos, pois a mudança da sociedade depende do envolvimento da população e de suas organizações. Atualmente, é um desafio complexo convencer os atores sociais a adotarem algumas prescrições da sustentabilidade, pois a população não possui, ainda, uma massa crítica com amplo conhecimento para mobilizações, sensibilização ou engajamento nas questões ambientais e sociais, pois suas ações são fundamentam-se em resultados econômicos, por isso são dominadas pela lógica, positivista, individualista, consumista e capitalista. É preciso mudar a concepção do atual

paradigma de desenvolvimento, que contribui para consolidar os processos de desigualdades sociais e reduzir as perspectivas da vida planetária.

REFERÊNCIAS

BECKER, Bertha K. **Amazônia**. 5ed. São Paulo: Ática, 1997.

BECKER, Dinizar Fermiano (Org.). **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?** 3. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Bertrand Brasil, 2000.

BRASIL. **Projeto RADAMBRASIL**. Levantamento dos recursos naturais. Geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação e uso potencial da terra. DNPM. Rio de Janeiro, 1982.

CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. **Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios**. Campinas, SP: Papirus, 2003.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida**. *Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. Tradução de Newton Roberval Eichenberg. São Paulo: Cultrix, 1996.

CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e**

DURAND-DASTS, F. **Climatologie**. Encyclopaédia universalis, Paris. 1968. V4, págs. 618/624.

ESTIENE, P.; Godard, A. **Climatologie**. Armand Colin, Paris, 1970

FOLADORI, Guillermo. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Tradução de Marise Manoel. Campinas: Editora da Unicamp. São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.

FREIRE, R. **A farsa ecológica**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1992.

GARCIA, Luiz R. N. **Organização de dados e informações com vistas à elaboração de estratégias para o desenvolvimento do centro-norte matogrossense**. (Tese de doutorado em Engenharia de Produção). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSc). 2000.

HAESBAERT, Rogério, A Noção de Rede Regional, e a Migração Gaúcha no Brasil, In: **O Fenômeno Migratório no Limiar do Milênio: desafios pastorais**. Petrópolis, Vozes, 1998.

HAESBAERT, R. **“Gaúchos” e baianos no “novo” nordeste: entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades territoriais**. In: CASTRO, I. E.;

LEFF, Enrique. In: LEFF, Enrique (Coord.). **A complexidade ambiental**. São Paulo: Cortez, 2003.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

PANOSSO NETTO, Alexandre. **Vera: a princesinha do nortão: uma contribuição ao estudo da ocupação da Amazônia mato-grossense.** Campo Grande: Edição do autor, 2000.

_____. **Geopolítica, Agricultores e Madeireiros na Frente Oeste de Colonização.** Campo Grande: UCDB, 2002.

PASSOS, Messias M. dos. **Amazônia: teledetecção e colonização.** São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

_____. **Biogeografia e Paisagem.** Presidente Prudente: Edição do autor, 1988.

_____. **A construção da paisagem no Mato Grosso – Brasil.** Presidente Prudente: Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2000.

_____. A urbanização da fronteira agrícola na Amazônia Matogrossense. **Cadernos de Geografia**, no 17. Coimbra, F. L. U. C., 1998. p. 175-178

TEIXEIRA, Luciana. **A Colonização no Norte de Mato Grosso: O Exemplo da Gleba Celeste.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia. UNESP. Presidente Prudente: São Paulo. 2006

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica.** 4º ed. São Paulo: Hucitec, 1996

SILVA, Danielle Aita da. **Ambiente e Educação Ambiental: Rumo ao desenvolvimento sustentável** Dissertação na área de Direito - UNIJUÍ – 2006

OST, François. **A natureza a margem da lei.** Lisboa: Instituto Piaget, 1995.